



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1008388-65.2017.8.26.0037**
Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços**
Requerente: **Fábio Rogério Miquilini da Silva**
Requerido: **'Município de Araraquara**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

Relatório dispensado, nos termos do artigo 38 da Lei
nº 9.099/95.

FUNDAMENTO E DECIDO.

Mantenho minha convicção pela improcedência da
ação.

O autor sustenta ter sido contratado para atuar na
Secretaria de Esporte e Lazer do Município. O documento denominado "Programa
Semanal de Treinamentos", apresentado pelo autor às fls. 09/11, não é hábil para
demonstrar, de forma cabal, a contratação de serviços pelo Poder Público Municipal e a
efetiva prestação de serviços pelo autor.

Ora, não é crível que alguém permaneça por vários
meses trabalhando sem qualquer registro de frequência ou comprovação documental da
contratação do serviço, sendo que sequer se consegue aferir de onde vem o valor indicado
na petição inicial.

Registre-se que a prova oral não alterou o quadro
probatório. As testemunhas André Luís Custódio Talora e Everson Miguel Inforsato,
afirmaram que, em virtude da demora na realização de concurso público, o autor foi
contrato em caráter precário e emergencial e que foi tentado regularizar a situação por

1008388-65.2017.8.26.0037 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

meio de concurso público, mas isso só foi possível no ano de 2017.

Não se denota caráter emergencial na prestação dos serviços descritos na inicial, e, ainda que se considere que tenha havido a prestação de serviços, nada é devido ao autor, tendo em vista a nulidade do contrato verbal firmado em afronta ao disposto no artigo 37, incisos II e IX da CF.

Enfim, não se pode cancelar contratações irregulares, sob pena de burlar a lei do concurso público.

Nesta senda, não se desincumbiu o autor de comprovar o direito que afirma fazer jus, não sendo suficientes para tal demonstração os documentos e depoimentos juntados aos autos.

Ante o exposto, julgo a ação **IMPROCEDENTE**.

Sem custas ou honorários, na forma do artigo 55 da Lei 9.099/95.

P. I. C

Araraquara, 11 de outubro de 2018.

<p>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</p>
